



Ministério Público de Sergipe

Expediente nº 20.27.0010.0000223/2026-63

Ofício nº 104/206 – GPGJ

Aracaju, 29 de janeiro de 2026.

A Sua Excelência o Senhor  
Deputado **Jeferson Luiz de Andrade**  
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Sergipe  
[sgm@al.se.leg.br](mailto:sgm@al.se.leg.br)  
**Aracaju**

**Assunto:** Encaminhamento. Projeto de Lei.

**Excelentíssimo Senhor Presidente,**

Cumprimentando-o cordialmente, nos termos do art. 35, I, “d”, da Lei Complementar Estadual nº 02, de 12 de novembro de 1990, servimo-nos do presente para encaminhar a Vossa Excelência o **Projeto de Lei** anexo, aprovado pelo Colendo Colégio de Procuradores de Justiça, através da **Resolução nº 001/2026 – CPJ**, datada de 29 de janeiro de 2026, que *“dispõe sobre o reajuste do vencimento básico e sobre alterações no Quadro de Pessoal dos Serviços Auxiliares do Ministério Público de Sergipe, e dá outras providências”*.

Reiterando votos de elevada estima e distinta consideração, subscrevemo-nos.

Atenciosamente,

**Nilzir Soares Vieira Junior**  
**Procurador-Geral de Justiça**  
**Presidente do Colégio de Procuradores de Justiça**

Expediente assinado eletronicamente por **Nilzir Soares Vieira Junior\***, em **29/01/2026 13:38:29**, conforme art. 1º, III, “b”, da Lei 11.419/2016.



A validade deste documento pode ser conferida no site  
<http://sistemas.mpse.mp.br/mpse/Administrativo/Publico.html#/Expediente/ConsultaPublica>  
informando o número do expediente: **20.27.0010.0000223/2026-63**

ALESE/SGM

RECEBIDO

Em, 29/01/2025  
*Teima Poreza*  
**Teima Poreza Silva de Andrade Melo**

**Chefe de Gabinete /SGM**

**MPSE**  
Ministério Público de Sergipe

Av. Conselheiro Carlos Alberto Sampaio, 505 - Bairro Capucho,  
Edifício Governador Luiz Garcia Centro Adm. Gov. Augusto Franco,  
Aracaju/SE - CEP: 49081-000 - Fone: (79) 3209-2400



Autenticar documento em <https://aleselegis.al.se.br/aleselegis> ou no <https://aleselegis.al.se.br/aleselegis> em **29/01/2026 13:38** com o identificador 3100310034003200310032003A005000, Documento assinado digitalmente conforme art. 4º, II da Lei 14.063/2020.



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE SERGIPE**  
**PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

**Ofício nº 104/206 – GPGJ**

**Aracaju, 29 de janeiro de 2026.**

A Sua Excelência o Senhor  
**Deputado Jeferson Luiz de Andrade**  
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Sergipe  
sgm@al.se.leg.br  
**Aracaju/SE**

**Assunto:** Encaminhamento. Projeto de Lei.

**Excelentíssimo Senhor Presidente,**

Cumprimentando-o cordialmente, nos termos do art. 35, I, "d", da Lei Complementar Estadual nº 02, de 12 de novembro de 1990, servimo-nos do presente para encaminhar a Vossa Excelência o **Projeto de Lei** anexo, aprovado pelo Colendo Colégio de Procuradores de Justiça, através da **Resolução nº 001/2026 – CPJ**, datada de 29 de janeiro de 2026, que *"dispõe sobre o reajuste do vencimento básico e sobre alterações no Quadro de Pessoal dos Serviços Auxiliares do Ministério Público de Sergipe, e dá outras providências"*.

Reiterando votos de elevada estima e distinta consideração, subscrevemo-nos.

Atenciosamente,

**Nilzir Soares Vieira Junior**  
**Procurador-Geral de Justiça**  
**Presidente do Colégio de Procuradores de Justiça**

**MPSE**  
Ministério Público de Sergipe



Av. Conselheiro Carlos Alberto Sampaio, 505 - Bairro Capucho  
Edifício Governador Luiz Garcia - Centro Adm.Gov. Augusto Franco  
Aracaju/SE - CEP: 49081-000 - Fone: (79) 3209-2400

Autenticar documento em <https://aleselegis.al.se.leg.br/autenticidade>  
com o identificador 3100310034003200310032003A005000, Documento assinado digitalmente conforme  
art. 4º, II da Lei 14.063/2020.



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE SERGIPE**  
**PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA**  
**COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA**

**RESOLUÇÃO Nº 001/2026 – CPJ**  
**DE 29 DE JANEIRO DE 2026**

Aprova Projeto de Lei que “dispõe sobre o reajuste do vencimento básico e sobre alterações no Quadro de Pessoal dos Serviços Auxiliares do Ministério Público de Sergipe, e dá outras providências”.

O COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SERGIPE, no uso das atribuições legais previstas na Lei Complementar Estadual nº 02, de 12 de novembro de 1990, e

**Considerando** que o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, nos termos do artigo 127 da Constituição Federal de 1988;

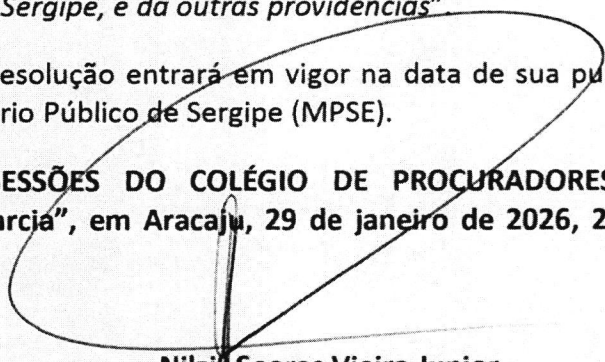
**Considerando** que, consoante previsão do artigo 127, § 2º, da Lei Fundamental de 1988, o Constituinte pátrio conferiu estatutura constitucional ao Princípio do Autogoverno do Ministério Público brasileiro, garantindo-lhe autonomia funcional e administrativa e a correspondente iniciativa de lei, para a criação e a extinção de seus cargos e serviços auxiliares, prerrogativas necessárias à separação independente e harmônica dos Poderes e Instituições de Estado;

**RESOLVE:**

**Art. 1º** Fica aprovado o **Projeto de Lei** anexo que “dispõe sobre o reajuste do vencimento básico e sobre alterações no Quadro de Pessoal dos Serviços Auxiliares do Ministério Público de Sergipe, e dá outras providências”

**Art. 2º** Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial Eletrônico do Ministério Público de Sergipe (MPSE).

**SALA DAS SESSÕES DO COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA, Edifício “Governador Luiz Garcia”, em Aracaju, 29 de janeiro de 2026, 205ª da Independência e 138ª da República.**

  
**Nilzê Soares Vieira Junior**  
**Procurador-Geral de Justiça**  
**Presidente do Colégio de Procuradores de Justiça**

**MPSE**

Ministério Público de Sergipe



00170060-identificador

Autenticar documento em <https://aleserjg.jus.br/leg.br/autenticidade>

3100310034003200310032003A005000, Documento assinado digitalmente conforme art. 4º, II da Lei 14.063/2020.

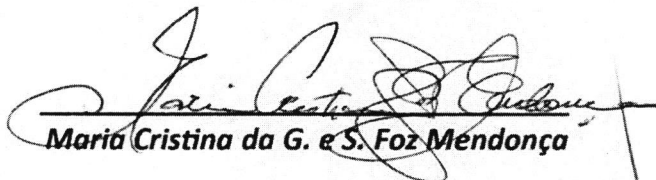
Página 1

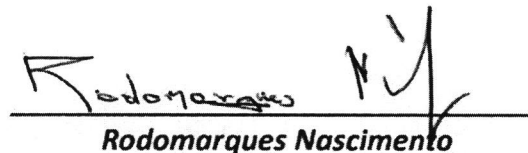
Av. Conselheiro Carlos Alberto Sampaio, 505 - Bairro Capucho  
Edifício Governador Luiz Garcia - Centro Adm. Gov. Augusto Franco  
Aracaju/SE - CEP: 49081-000 - Fone: (79) 3209-2400

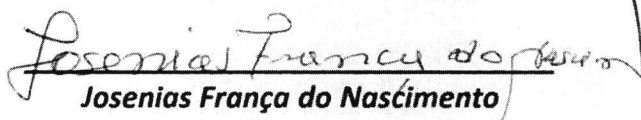


**MINISTÉRIO PÚBLICO DE SERGIPE**  
**PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA**  
**COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA**

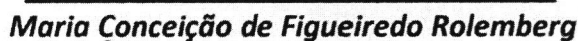
**PROCURADORES DE JUSTIÇA:**

  
**Maria Cristina da G. e S. Foz Mendonça**

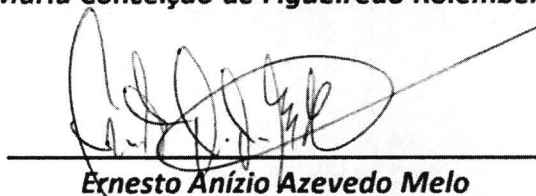
  
**Rodomarques Nascimento**

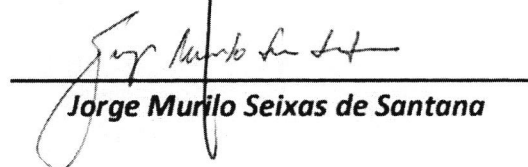
  
**Josenias França do Nascimento**

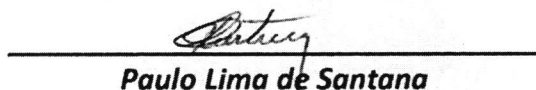
  
**Celso Luís Dória Leó**

  
**Maria Conceição de Figueiredo Rolemberg**

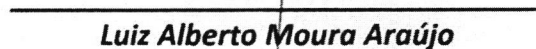
  
**Carlos Augusto Alcântara Machado**

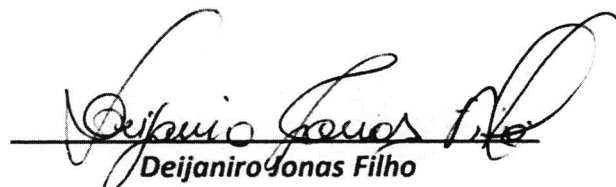
  
**Ernesto Anízio Azevedo Melo**

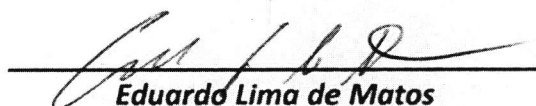
  
**Jorge Murilo Seixas de Santana**

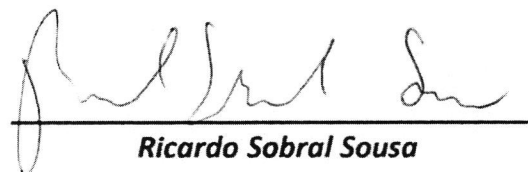
  
**Paulo Lima de Santana**

  
**Eduardo Barreto d'Avila Fontes**

  
**Luiz Alberto Moura Araújo**

  
**Deijaniro Jonas Filho**

  
**Eduardo Lima de Matos**

  
**Ricardo Sobral Sousa**

**MPSE**

Ministério Público de Sergipe

Resolução 2016-206 - C.P.J.



Av. Conselheiro Carlos Alberto Sampaio, 505 - Bairro Capucho  
Edifício Governador Luiz Garcia - Centro Adm. Gov. Augusto Franco

Ararajó/SE, CEP 49081-000. Fone: (79) 3209-2400

Autenticar documento em <https://aresselegis.al.se.leg.br/autenticidade>  
com o identificador 3100310034003200310032003A005000, Documento assinado digitalmente conforme art. 4º, II da Lei 14.063/2020.

Página 2



**PROJETO DE LEI Nº**  
**DE DE DE 2026**

Dispõe sobre o reajuste do vencimento básico e sobre alterações no Quadro de Pessoal dos Serviços Auxiliares do Ministério Público de Sergipe, e dá outras providências.

**O GOVERNADOR DO ESTADO DE SERGIPE,**

Faço saber que a Assembleia Legislativa do Estado aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

**Art. 1º** O vencimento básico dos servidores efetivos do Quadro de Pessoal dos Serviços Auxiliares do Ministério Público de Sergipe, bem como as Vantagens Pessoais Nominalmente Identificáveis – VPNI's, os cargos em comissão e as funções de confiança, ficam reajustados em 6% (seis por cento), a partir de 1º de janeiro de 2026.

**Parágrafo único.** O valor do vencimento básico do cargo de provimento efetivo de Técnico do Ministério Público fica reajustado em mais 2% (dois por cento), a partir de 1º de julho de 2026, além do reajuste geral previsto no *caput*.

**Art. 2º** O valor do vencimento básico do cargo em comissão de natureza especial de Assessor de Promotor de Justiça, símbolo MP-CCE-4, do Quadro de Pessoal dos Serviços Auxiliares do Ministério Público de Sergipe, fica alterado para R\$ 863,62 (oitocentos e sessenta e três reais e sessenta e dois centavos), a partir de 1º de janeiro de 2026.

**Art. 3º** O valor do vencimento básico da função de confiança de Assessor Ministerial, símbolo FC-1, do Quadro de Pessoal dos Serviços Auxiliares do Ministério Público de Sergipe, fica alterado para R\$ 2.245,41 (dois mil, duzentos e quarenta e cinco reais e quarenta e um centavos), a partir de 1º de janeiro de 2026.

**Art. 4º** Ficam alteradas as nomenclaturas de 5 (cinco) funções de confiança de Assessor de Serviços Operacionais I, símbolo FC-1, para Assessor Ministerial, símbolo FC-1, permanecendo inalterada a simbologia e sendo reajustado o valor, conforme art. 3º e Anexo I desta Lei.

**Art. 5º** Ficam transformadas 43 (quarenta e três) funções de confiança de Assessor de Serviços Operacionais I, símbolo FC-1, em Assessor Técnico-Administrativo, símbolo FC-2, alterando-se a nomenclatura, a simbologia e o valor, conforme Anexo I desta Lei.

**Parágrafo único.** As funções de confiança de Assessor Técnico-Administrativo, símbolo FC-2, a que se refere o *caput* deste artigo, são privativas de portadores de diploma de nível superior.







MINISTÉRIO PÚBLICO DE SERGIPE  
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA  
COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº  
DE DE DE 2026

ANEXO I

Quadro demonstrativo de funções de confiança dos Serviços Auxiliares do Ministério Público do Estado de Sergipe  
ALTERADAS/TRANSFORMADAS, a partir da vigência desta Lei

SITUAÇÃO ATUAL				SITUAÇÃO PROPOSTA			
FUNÇÃO	SÍMBOLO	QUANT.	VALOR (R\$)	FUNÇÃO	SÍMBOLO	QUANT.	VALOR (R\$)
Assessor de Serviços Operacionais I	FC-1	05	2.079,08	Assessor Ministerial	FC-1	05	2.245,41
Assessor de Serviços Operacionais I	FC-1	43	2.079,08	Assessor Técnico-Administrativo	FC-2	43	2.203,82
Assessor de Serviços Operacionais II	FC-2	37	1.067,86	Assessor de Serviços Operacionais	FC-3	37	1.131,93
TOTAL .....				TOTAL .....			
85				85			

**MPSE**  
Ministério Público de Sergipe

Av. Conselheiro Carlos Alberto Sampaio, 505 - Bairro Capucho,  
Edifício Governador Luiz Garcia Centro Adm. Gov. Augusto Franco,  
Aracaju/SE - CEP: 49081-000 - Fone: (79) 3209-2400



**PROJETO DE LEI Nº**  
**DE DE DE 2026**

**ANEXO II**

**Quadro demonstrativo de funções de confiança dos Serviços Auxiliares do Ministério Público do Estado de Sergipe, a partir da vigência desta Lei**

DENOMINAÇÃO DAS FUNÇÕES DE CONFIANÇA	QUANTIDADE DE VAGAS	SÍMBOLO	VALOR VIGENTE EM REAL (R\$)
Assessor Ministerial	50	FC-1	2.245,41
Assessor Técnico-Administrativo	43	FC-2	2.203,82
Assessor de Serviços Operacionais	37	FC-3	1.131,93
<b>TOTAL GERAL .....</b>	<b>130</b>		





**PROJETO DE LEI Nº**  
**DE DE DE 2026**

**ANEXO III**

**Atribuições das funções de confiança dos Serviços Auxiliares do Ministério Público do Estado de Sergipe, previstas no art. 7º desta Lei:**

**I – Ao Assessor Técnico-Administrativo, cabe:**

- a) assessorar o superior imediato em matérias de natureza técnica e administrativa, aplicando corretamente as rotinas administrativas e processuais do Ministério Público;
- b) executar e acompanhar atividades técnico-administrativas relacionadas ao planejamento, organização, monitoramento e aperfeiçoamento dos processos de trabalho da unidade ministerial;
- c) interpretar e aplicar normativos institucionais e a legislação pertinente às atribuições da unidade de lotação, subsidiando a chefia na tomada de decisões administrativas;
- d) elaborar relatórios, levantamentos e demais documentos administrativos, utilizando redação oficial em conformidade com o Guia de Padronização de Documentos Institucionais do MPSE;
- e) assessorar na elaboração, revisão e acompanhamento de minutas de atos administrativos, observando a legislação aplicável e os normativos internos;
- f) planejar, supervisionar, controlar e manter atualizados os controles administrativos, inclusive aqueles relativos a prazos, metas, indicadores e estatísticas da unidade ministerial;
- g) alimentar, supervisionar e validar informações inseridas nos sistemas eletrônicos de gestão processual e documental, tais como GED e sistemas afins, assegurando a confiabilidade dos dados;
- h) manter registros das atividades desenvolvidas, elaborando relatórios gerenciais e técnicos quando solicitado;
- i) utilizar corretamente as ferramentas de informática institucionais, a exemplo do Google Workspace e outros recursos tecnológicos;
- j) empregar ferramentas de Inteligência Artificial como apoio às atividades administrativas, técnicas ou operacionais, de forma ética e responsável, resguardada a necessária análise crítica humana e em conformidade com os normativos institucionais;



- k) zelar pela observância das normas administrativas, de segurança da informação e de sigilo funcional;
- l) executar fielmente as atribuições contidas de forma geral no item V do Anexo IV da Lei nº 8.149, de 18 de novembro de 2016; e
- m) desempenhar outras atividades de mesma natureza e grau de complexidade que lhe forem determinadas pelo superior imediato.

## **II – Ao Assessor de Serviços Operacionais, cabe:**

- a) prestar apoio operacional e administrativo às atividades da unidade ministerial, observando as rotinas administrativas e processuais do Ministério Público;
- b) executar serviços administrativos de rotina, incluindo organização, controle, tramitação, digitalização e arquivamento de documentos, processos e expedientes;
- c) auxiliar no acompanhamento da movimentação de procedimentos administrativos e extrajudiciais, observadas as normas internas;
- d) apoiar a elaboração de documentos administrativos, empregando redação oficial em conformidade com o Guia de Padronização de Documentos Institucionais do MPSE;
- e) realizar lançamentos, atualizações, consultas e movimentações nos sistemas eletrônicos de gestão processual e documental, como GED e sistemas correlatos, de acordo com as orientações recebidas;
- g) apoiar atividades de logística administrativa, controle de materiais, bens patrimoniais e apoio a reuniões e eventos institucionais;
- h) manter registros operacionais das atividades executadas, prestando informações quando solicitado;
- i) utilizar corretamente as ferramentas de informática institucionais, a exemplo do Google Workspace e outros recursos tecnológicos;
- j) empregar ferramentas de Inteligência Artificial como apoio às atividades administrativas e operacionais, de forma ética e responsável, resguardada a necessária análise crítica humana e em conformidade com os normativos institucionais;
- k) zelar pela observância das normas administrativas, de segurança da informação e de sigilo funcional;
- l) executar fielmente as atribuições contidas de forma geral no item V do Anexo IV da Lei nº 8.149, de 18 de novembro de 2016; e
- m) desempenhar outras atividades de mesma natureza e grau de complexidade que lhe forem determinadas pelo superior imediato.



**PROJETO DE LEI**  
**EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS**

***Senhor Presidente,  
Senhoras Deputadas,  
Senhores Deputados,***

No exercício da autonomia funcional e administrativa assegurada pelo art. 127, § 2º, da Constituição Federal e art. 116, § 5º, da Constituição Estadual, o Ministério Público do Estado de Sergipe encaminha a essa Augusta Assembleia Legislativa **Projeto de Lei** que **reajusta** o vencimento básico e dispõe sobre alterações no Quadro de Pessoal dos Serviços Auxiliares do Ministério Público de Sergipe.

A propositura tem como objetivo primordial a recomposição das perdas inflacionárias e a valorização do capital humano da Instituição. Nesse sentido, prevê-se um reajuste geral de 6% (seis por cento) sobre o vencimento básico dos servidores efetivos, cargos em comissão, funções de confiança e Vantagens Pessoais Nominalmente Identificáveis (VPNI's), com efeitos a partir de 1º de janeiro de 2026.

Além da revisão geral, a proposta contempla medidas de equidade e incentivo a carreiras estratégicas. Destaca-se a alteração dos valores do vencimento básico para o cargo em comissão de Assessor de Promotor de Justiça (MP-CCE-4) e para a função de confiança de Assessor Ministerial (FC-1). Igualmente, propõe-se um incremento adicional diferido de 2% (dois por cento) para o cargo efetivo de Técnico do Ministério Público a partir de julho de 2026, visando corrigir distorções e valorizar a carreira de base da instituição.

No tocante à reestruturação administrativa, o projeto moderniza o quadro de funções de confiança para adequá-lo às novas demandas tecnológicas e processuais do Ministério Público. As alterações incluem:

- A alteração de nomenclatura de funções de Assessor de Serviços Operacionais I para Assessor Ministerial;
- A transformação de 43 funções de Assessor de Serviços Operacionais I (FC-1) em Assessor Técnico-Administrativo (FC-2), exigindo-se destes últimos a escolaridade de nível superior, o que reflete a busca pela qualificação técnica do quadro de apoio;

A readequação das funções de Assessor de Serviços Operacionais II (FC-2) para Assessor de Serviços Operacionais (FC-3).

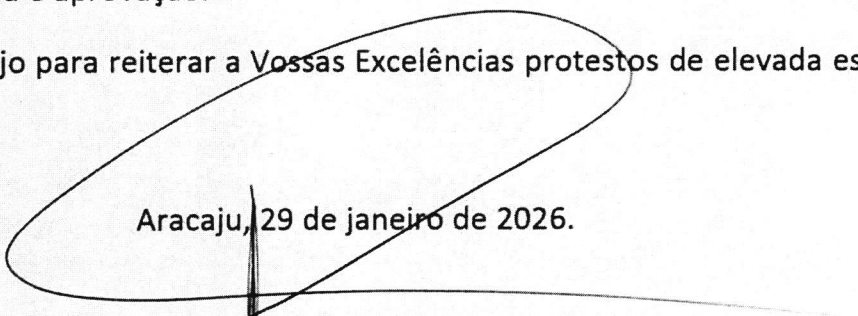


É imperioso ressaltar que a reestruturação vem acompanhada da atualização das atribuições funcionais, conforme o Anexo III do Projeto de Lei, inserindo formalmente a competência para o uso de ferramentas digitais modernas e de Inteligência Artificial como apoio às atividades, sempre de forma ética e sob supervisão humana. Tal medida visa aumentar a eficiência e a celeridade dos serviços prestados à sociedade.

Assim expostos os motivos que nos moveram a encaminhar este Projeto de Lei, convicto de que os ilustres membros do Poder Legislativo, habitualmente sensíveis aos pleitos do Ministério Público, haverão de conferir o necessário apoio a esta propositura, aguardamos sua acolhida e aprovação.

Colhemos o ensejo para reiterar a Vossas Excelências protestos de elevada estima e distinta consideração.

Aracaju, 29 de janeiro de 2026.

  
**Nilzir Soares Vieira Junior**  
**Procurador-Geral de Justiça**  
**Presidente do Colégio de Procuradores de Justiça**





## PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi assinado eletronicamente e pode ser acessado no endereço <https://aleselegis.al.se.leg.br/autenticidade> utilizando o identificador 3100310034003200310032003A005000

Assinado eletronicamente por **Carlos Miguel Ramalho de Araujo** em 03/02/2026 15:06

Checksum: **C7C9E8BE13CC8162D72C21E4AB24EB7528FDB54E0D603DC6973D3117889F60CB**



Autenticar documento em <https://aleselegis.al.se.leg.br/autenticidade>  
com o identificador 3100310034003200310032003A005000, Documento assinado digitalmente conforme  
art. 4º, II da Lei 14.063/2020.